

A economia gaúcha e seus percalços

*Rubens Soares de Lima**

“Todas as coisas estão sujeitas a passar de uma mudança a outra; a razão, buscando nelas uma subsistência real, só pode frustrar-se, pois nada pode apreender de permanente, já que tudo ou está começando a ser — e absolutamente ainda não é — ou então já está começando a morrer antes de ter sido.”

Montaigne

Embora desfrutando de pouco prestígio nos meios acadêmicos, a questão regional vem sendo alvo de crescente interesse. É fácil identificar que grande parte desse interesse se relaciona com a atualidade e com o questionamento que cercam a organização federativa no Brasil, na atualidade. Como tal, esse não é um debate sem conseqüências, e seus desdobramentos estão presentes em temas como a reforma tributária, a guerra fiscal, a distribuição de competências na execução do gasto público e a própria representação política.

De outro lado, é visível que a crise de organizações como a Sudene, a Sudam e a Sudesul e a crescente heterogeneidade econômica e social nos espaços regionais fizeram com que a discussão sobre os desequilíbrios econômicos venha sendo focalizada muito mais pela ótica das economias estaduais.

Para qualquer observador mais atento, esses não são, verdadeiramente, problemas novos no cenário nacional. Entretanto é inegável que duas circunstâncias emprestam um novo colorido ao debate. A primeira está relacio-

* Economista, Presidente da FEE e Professor da UNISINOS.

nada ao longo período de crise e estagnação da economia brasileira, que, juntamente com a falência do Estado nacional, agudizou os conflitos e inviabilizou soluções pontuais. Situação explicitada, ainda mais, com o ambiente de estabilização, que tornou inviável a rolagem dos problemas aos moldes do que acontecia no período inflacionário.

A segunda novidade é de uma dimensão mais técnica e diz respeito ao desmonte ocorrido no Sistema Nacional de Estatística (SNE), durante o Governo Collor. Fruto dessa ação perversa, que, diga-se de passagem, passou ao largo de uma defesa mais forte de nossa "*intelligentsia*", o último **Censo Econômico** disponível data de 1985. A inexistência de dados oficiais que permitam, com maior segurança, comparações entre o PIB das diversas regiões e estados tem sido a origem de análises e conclusões extremamente controversas.

Com base em várias análises disponíveis e em informações recentes, o objetivo deste artigo é o de discutir a idéia, bastante difundida, segundo a qual o Rio Grande do Sul vem atravessando um longo período de estagnação.

1 - A trajetória do Rio Grande do Sul no período 1970-85

Conforme foi assinalado, a disponibilidade do Censo de 1985, realizado pelo IBGE, permite que o confronto entre o desempenho das unidades federativas até esse ano possa ser feito à margem de maiores controvérsias estatísticas. Ao mesmo tempo, a literatura especializada é bastante rica em análises sobre a espacialização do crescimento econômico no período 1970-84. A esses estudos agregou-se o formidável trabalho coordenado pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) do Estado de São Paulo, intitulado **Federalismo no Brasil**, que oferece um amplo painel sobre as desigualdades regionais e o desenvolvimento no País.

Assim, o propósito desta seção é, simplesmente, sistematizar algumas observações sobre os trabalhos disponíveis, com o intuito de contextualizar a trajetória da economia gaúcha nesse período.

1.1 - A espacialização do crescimento econômico brasileiro no período 1970-85

O fato mais marcante ao longo desses 15 anos é a perda de participação da Região Sudeste no PIB nacional, que caiu, sistematicamente, de 65,5% em 1970 para 59,1% em 1985. A Região Sul, por seu turno, ganhou aproximadamente um ponto percentual entre 1970 e 1975, sofreu uma queda de igual intensidade entre 1975 e 1980, estabilizando sua participação em 17,1% em 1985. Para todas as outras regiões, verificaram-se ganhos de participação ao longo desses 15 anos, com destaque para a Região Norte, que, praticamente, dobrou sua fatia no PIB do Brasil (Tabela 1). Conforme registram Diniz e Lemos, ocorreu, ao longo desses anos, um nítido movimento de convergência para o PIB *per capita* brasileiro. Ou seja, as regiões de maior PIB *per capita* reduziram essa diferença em relação à média, enquanto os de menor Produto Interno Bruto por habitante elevaram esse indicador em direção à média (DINIZ, LEMOS, 1986; DINIZ, LEMOS, 1990).

Outro indicativo da descontinuidade do processo de concentração da renda regional nesse período pode ser encontrado na lista das maiores empresas da edição **Quem é Quem** (1976; 1991) da revista **Visão**. Enquanto em 1975 a Região Sudeste detinha 80,2% do total das 1.000 maiores empresas do País, em 1990 esse percentual caiu para 68,2%.

De forma muito esquemática, as razões desse processo de desconcentração espacial da renda são:

- a) a desaceleração econômica que se verificou após a primeira metade da década de 70, cujos efeitos incidiram mais fortemente nas regiões mais industrializadas;
- b) as políticas setoriais, os incentivos fiscais e os grandes investimentos contidos no II PND;
- c) a melhoria das condições de infra-estrutura, que possibilitaram a incorporação das vantagens locacionais e dos recursos naturais de outras regiões ao sistema produtivo;
- d) o aumento das deseconomias de escala dos pólos mais industrializados, incluindo-se aí desde o preço da infra-estrutura e dos insumos até a pressão sindical dos grandes centros urbanos;
- e) a ampliação das fronteiras agrícola e mineral.

No âmbito intra-regional, ocorreu um perfeito rebatimento desse movimento de desconcentração econômica. Assim, no Sudeste, os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro reduziram suas participações, entre 1970 e 1985, de 39,43% e 16,67% para, respectivamente, 34,40% e 12,19% (Tabela 1). No sentido inverso, tem-se o avanço de Minas Gerais de 8,28% para 9,42%.

Na Região Sul, o Rio Grande do Sul perdeu, no período, 0,7 ponto percentual, passando de 8,6% em 1970 para 7,9% em 1985, enquanto o Paraná subiu de 5,4% para 6,1% e Santa Catarina de 2,7% para 3,2%.

A análise mais fina desse período mostra, por outro lado, que esse fenômeno de desconcentração da renda atingiu com mais intensidade o verdadeiro núcleo da acumulação de capital do País, qual seja, a Região Metropolitana de São Paulo. Em termos globais, o desenrolar desse processo beneficiou o próprio interior paulista e os estados vizinhos que apresentavam disponibilidade de recursos naturais e de infra-estrutura, como Minas Gerais e Paraná (MARTINE, DINIZ, 1991; DINIZ, SANTOS, 1993).

Em síntese, pode-se dizer que, embora sem alterar de forma significativa o padrão de desenvolvimento concentrado que resultou, principalmente, da industrialização brasileira, o período 1970-85 significou uma incontestável reversão de tendência. Como não poderia deixar de ser, o Estado mais atingido foi São Paulo, que, no curso da formação histórica do País, havia concentrado em torno de 40% da riqueza nacional. É importante assinalar que esse movimento em direção a uma maior equidade da riqueza nacional do ponto de vista espacial teve dois vetores. O primeiro ocorreu via políticas econômicas, ainda que pontuais, e o segundo pelo simples encolhimento da taxa de crescimento das regiões mais desenvolvidas, significando dizer, por um efeito mais estatístico do que distributivo.

Ao mesmo tempo, assim como as regiões, também os espaços econômicos estaduais tornaram-se cada vez mais heterogêneos. Como consequência, autores, como Campolina Diniz, apontam uma nova tendência de reaglomeração do dinamismo econômico, que se configuraria no polígono formado pelas Cidades de Uberlândia-Londrina-Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte (DINIZ, 1993). Desse modo, gradativamente, as fronteiras estaduais deixam de ser a definição de espaços econômicos comparáveis. Os enormes desequilíbrios econômicos e sociais que marcam o Estado de Minas Gerais e a disparidade entre as

metades norte e sul do Rio Grande do Sul são exemplos bem significativos desse processo.

1.2 - Algumas considerações sobre o Rio Grande do Sul no período 1970-85

Ao longo dessa década e meia, a economia gaúcha apresentou um crescimento médio de 6,75% a.a. Mesmo sendo uma taxa bastante elevada, a mesma situa-se abaixo da média brasileira, que foi de 7,70% a.a. (Tabela 2). Igualmente, mostra-se desfavorável o desempenho do Rio Grande do Sul, quando confrontado com o de Minas Gerais (8,64% a.a.), o do Paraná (8,35%) e o de Santa Catarina (9,06% a.a.), considerados os exemplos mais corriqueiros de comparação.

Em larga medida, este tem sido o suporte quantitativo para a identificação de um processo de esvaziamento da economia sul-rio-grandense, que, de resto, se traduziria numa longa e profunda estagnação e/ou crise nos anos posteriores. Ora, salvo melhor juízo, a constatação de que o Rio Grande do Sul apresentou uma taxa média de crescimento nesse período de um ponto percentual abaixo da brasileira e um desempenho aquém ao de alguns estados não parece suficiente para tal conclusão.

Como já referido, foi quase uma constante as regiões mais industrializadas apresentarem taxas menores de crescimento nesse período. São Paulo, por exemplo, cresceu a uma taxa média de 6,73% a.a. Minas Gerais, que poderia ser esgrimido como um caso que fraudaria essa tese, apresenta características muito particulares. Conforme assinalado, a economia mineira beneficiou-se, sobremaneira, de sua posição geográfica e de suas reservas minerais para atrair setores que, tradicionalmente, se dirigiam para São Paulo. Somente a implantação de uma montadora naquele estado significou um enorme salto em seu desenvolvimento industrial. Para se ter uma idéia, basta ver que o gênero material de transporte mineiro, que, em 1970, respondia por 1,27% da oferta brasileira, pulou para 7,15% em 1985. Em contrapartida, esse mesmo gênero em São Paulo encolheu sua participação no Brasil de 81,07% para 71,61% (BANDEIRA, 1995, p.328) Ainda assim, essa circunstância toda especial não foi suficiente para que Minas Gerais não apresentasse um desempenho muito inferior ao de estados como o do Espí-

rito Santo, que alcançou uma taxa de crescimento industrial de 17,20% a.a. no período considerado, contra 11,31% a.a. da indústria mineira (Tabela 3).

Por outro lado, tratar o Paraná como se fosse uma economia em estágio de desenvolvimento próximo ao do Rio Grande do Sul é incorrer em grave equívoco. Em 1970, enquanto a indústria de transformação do Paraná respondia por somente 3% do Valor da Transformação Industrial do Brasil, a do Rio Grande do Sul já era responsável por 6,3% da oferta nacional (Tabela 6). Nesse contexto, é até mesmo surpreendente que esse setor industrial gaúcho tenha conseguido aumentar sua posição na oferta brasileira para 7,9% em 1985, enquanto o do Paraná passou a situar-se em torno de 4,9% (Tabela 6).

Ademais, ao se trabalhar somente com as taxas globais do PIB, é importante não esquecer que a explicação para a perda de participação da economia gaúcha no Produto brasileiro reside, basicamente, na retração do seu setor agropecuário. Com efeito, entre 1970 e 1985, o Setor Primário sulino encolheu sua ponderação no Produto setorial nacional de 15,93% para 9,31% (Tabela 5). As razões dessa retração do setor agrícola são abundantemente estudadas na literatura e não cabe aqui serem retomadas. Para a finalidade deste texto, basta ter presente que a diminuição da importância do Rio Grande do Sul nessa atividade não decorre, em absoluto, de uma perda de produtividade gaúcha, mas do esgotamento de sua fronteira agrícola. Como registra Pedro Bandeira, enquanto

"(...) crescia a importância do Centro-Oeste e do Norte na formação do produto do setor agropecuário no País em virtude da ocupação da fronteira agrícola, algumas áreas antigas tiveram sua parcela no produto agropecuário aumentada em razão de novas atividades incentivadas pelo governo, como o plantio de cana-de-açúcar para a produção de álcool, ou dinamizadas por condições favoráveis do mercado externo, como o cultivo da laranja para a produção de suco" (BANDEIRA, 1995, p.228).

Ora, nada do que foi até agora analisado sugere que, desde a década de 70, o Rio Grande do Sul tenha mergulhado numa crise endógena. O que transparece dessas observações e das análises disponíveis sobre esse período é que, dadas as suas características estruturais e o seu grau de desenvolvimento, cada região absorveu de forma diferenciada o impacto decorrente da descontinuidade do processo de acumulação nacional.

2 - 1985-94: crise da economia ou crise das estatísticas?

Como já foi mencionado, depois de 1985 a comparação entre o crescimento das diversas regiões encontra sérios obstáculos. Além de não estar disponível mais qualquer censo econômico, o IBGE, a partir do Governo Collor, dadas as suas dificuldades internas, deixou de exercer seu papel de coordenador do SNE. Como também as instituições estaduais encarregadas de produzirem as contas regionais enfrentavam uma série de restrições, criou-se uma situação bastante caótica na produção e na difusão de informações. Nesse vazio, foi natural o surgimento de diversos estudos que, através da utilização de indicadores e de modelos estatísticos, buscassem disponibilizar dados que permitissem a comparação do crescimento interestadual.

A complexidade que envolve a construção de indicadores como o Produto Interno, a magnitude das variáveis em jogo e a total ausência de homogeneidade metodológica geraram uma situação na qual é possível se observarem informações que, além de bastante discrepantes, resultam, não raro, em tendências contraditórias.¹ Como, evidentemente, o tema regional adquiriu uma forte conotação política na atual conjuntura federativa, isso tem sido fonte de inúmeras polêmicas e desencontros.

Nesse sentido, foi extremamente oportuna a divulgação do trabalho do IPEA, onde é apresentada a série do Produto Interno Bruto por unidade da Federação até 1994. Mesmo que, devido ao seu caráter abrangente, possam ser encontradas diferenças algumas vezes significativas, com relação aos dados elaborados pelas instituições estaduais de estatística, essa série representa inegável avanço de credibilidade científica e de aderência à realidade.

Ultrapassa, em muito, os limites deste texto avaliar a consistência dos diversos trabalhos voltados à produção de estatísticas destinadas a mensurar o Produto Interno de cada região. O que se pretende é alertar para a necessidade de alguma prudência com afirmações mais definitivas, tendo em vista a dispersão da base de informações. Um bom exemplo é a utilização

¹ O crescimento da economia gaúcha pode ser avaliado através das estimativas da FEE, do IPEA, do Professor Kasznar e da FIERGS. Situação semelhante ocorre em vários outros estados, como, por exemplo, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro.

da série de dados elaborada pelo Professor Kasznar da FGV, que tem provocado inúmeras polêmicas, envolvendo pesquisadores, órgãos oficiais e entidades representativas, como a Confederação Nacional da Indústria e a FIERGS.

É também a adoção desses dados que leva os autores do artigo **A Estagnação Econômica, Descontrole dos Gastos Públicos e Deficiência de Infra-Estrutura: o Caso do Rio Grande do Sul** a concluírem que "(...) a participação gaúcha no PIB nacional vem em queda livre. Ela era de 8,6% em 1970; caiu para 8,53% em 1975; diminuiu para 7,93% em 1980; 7,52% em 1985; 7% em 1990; e continuou cadente em 1994, chegando a 6,59%" (AZEVEDO, MONTEIRO, PORTUGAL, 1996). Ainda com base nas informações do Professor Kasznar, a análise mostra que, em sentido inverso, ocorreu a trajetória de estados como Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. A partir dessa constatação, o estudo procura demonstrar que essa perda de participação relativa do Rio Grande do Sul no PIB nacional se relaciona fundamentalmente com a incapacidade do setor público em gerar poupança e, como conseqüência, de realizar investimentos em infra-estrutura.

É muito provável que a utilização dos dados elaborados pelo IPEA não produzisse conclusão tão contundente. Na realidade, os dados desse instituto estão muito distantes de permitirem a inferência de que a economia gaúcha se encontra numa trajetória de queda livre. Ao contrário, entre 1992 e 1994, ocorreu uma sensível recuperação do PIB sul-rio-grandense. Do mesmo modo, diverso do que mostra a série elaborada pelo Professor Kasznar, o desempenho de Minas Gerais, ainda que apreciável, está distante de apresentar um movimento sempre ascendente, tendo, inclusive, perdido participação relativa no período.² De resto, segundo o IPEA, a descontinuidade no crescimento é uma característica comum a todos os estados em questão.

Em resumo, pode-se dizer que tanto os dados do IPEA como os da FEE não sugerem que a economia gaúcha sofre de uma persistente crise eco-

² É importante observar que os dados do Professor Kasznar apresentam magnitudes e tendências bastante diferentes tanto em relação às elaboradas pelo IPEA como às realizadas pelos institutos estaduais encarregados da elaboração das Contas Regionais. Aliás, pode-se perceber que, mesmo em 1985, ano censitário, os dados são divergentes para o Rio Grande do Sul.

nômica. A Tabela 8 é bastante elucidativa nesse sentido. Assim como grande parte dos estados brasileiros, o Rio Grande do Sul enfrentou forte retração na segunda metade da década de 80, mas recuperou-se nos primeiros anos da década de 90. As exceções ficaram por conta de São Paulo e do Rio de Janeiro. No caso da economia gaúcha, essa recuperação é mesmo notável. Ou seja, tanto nos resultados obtidos pelo IPEA quanto nos da FEE, o seu crescimento ocorreu a uma taxa sensivelmente superior à do Brasil e, praticamente, igual à verificada em Minas Gerais e em Santa Catarina.³ A performance da indústria de transformação gaúcha é ainda mais contundente. Como mostram as informações do IBGE, o Rio Grande do Sul apresenta, no período 1985-94, o segundo melhor desempenho entre os estados brasileiros, com a média anual de 2,2% contra a de 1,1% verificada em nível nacional (Tabela 9).

O mais decisivo para a argumentação aqui apresentada é, porém, ressaltar a característica de descontinuidade do crescimento econômico brasileiro e o fato de que, com alguma defasagem e com maior ou menor intensidade, o Rio Grande do Sul acompanha esse processo. Ao mesmo tempo, não parece ser aceitável que uma economia em "queda livre" possa apresentar recuperação tão rápida na primeira metade dos anos 90. Afinal, não se registrou, nesse período, nenhum grande investimento federal ou internacional, e tampouco se tem notícia de qualquer reforma do Estado mais heróica. O que se evidencia é que o Rio Grande do Sul, nesse período, simplesmente, reagiu de forma positiva aos estímulos de crescimento que ocorreram na economia brasileira.⁴

Uma conclusão inconclusa

A trajetória econômica do Rio Grande do Sul tem sido marcada por uma visível descontinuidade. Essa característica fez com que Antonio Barros de Castro afirmasse, no início dos anos 70, que, "(...) repetidamente, se obser-

³ A taxa obtida pelo IPEA para o Paraná é bastante distante da calculada pelo IPARDES, como pode ser observado. Essa distorção é introduzida, basicamente, pela altíssima estimativa realizada pelo IPEA para os segmentos serviços industriais de utilidade pública e construção civil no Paraná.

⁴ Ver, a esse respeito, Passos e Lima (1992).

va na história do Rio Grande do Sul que o difícil para este não é 'descobrir' novos produtos e introduzir novas técnicas: o problema consiste em manter mercados, uma vez que outras áreas, bem mais situadas, se lancem no ramo" (CASTRO, 1971, p.43).

Na verdade, a narrativa da economia gaúcha é rica em projetos que não se completaram, em oportunidades que foram perdidas e em sonhos de prosperidade que se esgotaram. Assim foi com o charque, com a indústria têxtil, com a soja, com o carvão e, mais recentemente, com a perda de indústrias intensivas em mão-de-obra para o Nordeste. Também é verdade que o Estado pagou sempre um alto preço pela sua excêntrica posição geográfica e pela sua eterna relação conflituosa com o Governo Central. As conseqüências fazem-se notar na indigência de grandes investimentos federais e internacionais no Rio Grande do Sul. Entretanto a economia gaúcha sempre foi capaz de "descobrir" novas oportunidades e de responder a estímulos de mercado. Os exemplos são inúmeros. Eles vão desde o florescimento de um dinâmico setor de fruticultura, de um setor de máquinas e ferramentas que é o segundo do País, do principal parque de máquinas agrícolas nacional, de um importante pólo de informática e automação, de um setor de autopeças que se consolidou mesmo à distância das montadoras e de um setor exportador que disputa com Minas Gerais a segunda posição no *ranking* brasileiro.

Nada disso encobre algumas fragilidades da estrutura produtiva do Estado, que, de resto, ficaram expostas na transição do Plano Real. Em síntese, podem ser enumeradas: a forte presença de pequenas e médias empresas, que, por definição, encontram sérias restrições em acessar circuitos de financiamento, informação e tecnologia; as dificuldades do setor agrícola, que têm ampla repercussão no complexo agroindustrial gaúcho; a fragilidade do setor produtor de bens duráveis, que ainda constitui um segmento dinâmico da economia brasileira; e a vulnerabilidade de alguns segmentos voltados ao setor externo com a nova política cambial.

Por outro lado, ao fazer-se a crítica do setor público estadual, é oportuno lembrar que o Rio Grande do Sul tem sido apontado pela ONU como o melhor estado brasileiro no Índice de Desenvolvimento Humano. Uma das características estaduais é que ele não é o primeiro em nenhum dos quesitos abordados — PIB *per capita*, escolaridade, saúde, saneamento, etc. —, mas em todos registra boa posição. Ora, é difícil não atribuir grande parte do mérito dessa situação à ação do tão criticado setor público estadual. É ocioso

dizer que essa afirmação não significa desconhecer que o Estado brasileiro, em todos os seus níveis administrativos, há muito mergulhou em profundo processo de esgotamento financeiro, que o impossibilitou de cumprir adequadamente suas funções de alavancar e articular o crescimento econômico. Isso não obscurece, porém, o fato de o setor público, no extremo sul, ter cumprido sua função social com uma eficiência bem acima da média nacional.

Finalizando, vale enfatizar que os breves comentários aqui apresentados não encerram a mínima pretensão de esgotar assunto tão controverso como é o da análise do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Entretanto, mesmo nos limites deste texto, é possível reafirmar que as evidências até o momento arroladas não são suficientes para o convencimento de que a economia gaúcha, nos últimos 25 anos, esteja submetida a "um processo endêmico", posto que tão longo, de estagnação econômica.

Tabela 1

Participação do Produto Interno Bruto das regiões e dos estados
no total do Brasil — 1970-1985

DISCRIMINAÇÃO	1970	1975	1980	1985
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	2,2	2,0	3,3	4,1
Rondônia	0,1	0,1	0,3	0,5
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,7	0,7	1,1	1,3
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,1
Pará	1,1	1,0	1,6	1,8
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1
Tocantins	-	-	0,2	0,1
Nordeste	11,7	11,1	12,0	13,6
Maranhão	0,8	0,7	0,8	1,0
Piauí	0,4	0,4	0,4	0,4
Ceará	1,4	1,3	1,5	1,7
Rio Grande do Norte	0,5	0,6	0,6	0,9
Paraíba	0,7	0,7	0,7	0,7
Pernambuco	2,9	2,7	2,5	2,4
Alagoas	0,7	0,6	0,7	0,7
Sergipe	0,4	0,4	0,4	0,7
Bahia	3,8	3,7	4,3	5,2
Sudeste	65,5	64,9	62,3	59,1
Minas Gerais	8,3	8,4	9,4	9,8
Espírito Santo	1,2	1,0	1,5	1,7
Rio de Janeiro	16,7	15,3	13,7	12,3
São Paulo	39,4	40,1	37,7	35,4
Sul	16,7	17,9	17,0	17,1
Paraná	5,4	6,6	5,8	6,1
Santa Catarina	2,7	2,8	3,3	3,2
Rio Grande do Sul	8,6	8,5	7,9	7,9
Centro-Oeste	3,9	4,1	5,4	6,0
Mato Grosso do Sul	-	0,4	0,6	0,8
Mato Grosso	1,1	0,8	1,1	1,0
Goiás	1,5	1,5	1,7	2,0
Distrito Federal	1,3	1,4	2,0	2,2

FONTE: AFFONSO, Rui de Brito Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros (1995). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/FUNDAP. p.260 (Federalismo no Brasil).

NOTA: 1. Algumas somas não fecham, devido à aproximação com a qual foram elaborados os cálculos.

2. Mato Grosso, em 1970, inclui os municípios que posteriormente formaram o Mato Grosso do Sul.

Tabela 2

Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno das regiões e dos estados do Brasil — 1970-85

	(%)			
DISCRIMINAÇÃO	1970-75	1975-80	1980-85	1970-85
Norte	10,00	19,49	6,81	11,97
Rondônia	13,85	29,50	15,99	19,58
Acre	0,21	19,22	5,32	7,96
Amazonas	12,83	18,69	5,29	12,14
Roraima	10,66	15,23	11,07	12,30
Pará	9,68	19,00	6,05	11,44
Amapá	-2,18	16,80	4,70	6,15
Nordeste	9,96	11,21	4,43	8,49
Maranhão	8,53	12,81	4,24	8,47
Piauí	10,63	10,56	5,28	8,80
Ceará	8,78	13,45	3,92	8,65
Rio Grande do Norte ...	13,15	11,29	8,90	11,10
Paraíba.....	10,62	8,21	2,42	7,03
Pernambuco	9,46	8,16	0,86	6,09
Alagoas	9,40	10,74	4,16	8,06
Sergipe	9,44	8,99	14,38	10,91
Bahia	10,57	13,02	5,04	9,49
Sudeste	10,96	8,59	1,05	6,78
Minas Gerais	11,61	11,95	2,62	8,64
Espírito Santo	8,45	17,36	4,21	9,87
Rio de Janeiro	9,30	7,16	0,20	5,48
São Paulo	11,56	8,10	0,82	6,73
Sul	12,74	8,32	2,30	7,70
Paraná	15,47	6,69	3,26	8,35
Santa Catarina	12,34	12,86	2,31	9,06
Rio Grande do Sul	10,99	7,90	1,57	6,75
Centro-Oeste	12,54	16,39	12,33	13,74
Mato Grosso do Sul ...	-	16,93	0,55	-
Mato Grosso	-7,79	17,47	9,11	5,73
Goiás.....	11,29	12,00	6,00	9,73
Distrito Federal	13,04	18,08	22,69	17,87
Tocantins	-	-	-16,34	-
BRASIL	11,19	9,48	2,64	7,70

FONTE: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros (1995). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/FUNDAP. p.323 (Federalismo no Brasil).

Tabela 3

Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno, por setores, das regiões e dos estados do Brasil — 1970-85

(%)

DISCRIMINAÇÃO	AGROPECUÁRIA			
	1970-75	1975-80	1980-85	1970-85
Norte	7,70	13,04	6,77	9,14
Nordeste	8,63	6,24	0,88	5,20
Sudeste	8,35	8,26	3,86	6,80
Minas Gerais	10,57	12,83	2,06	8,39
Espírito Santo	7,52	10,50	6,04	8,01
Rio de Janeiro	8,01	4,00	1,28	4,39
São Paulo	6,93	4,42	5,79	5,71
Sul	11,49	2,35	-0,22	4,42
Paraná	17,32	-1,00	2,73	6,07
Santa Catarina	8,11	7,73	2,12	5,95
Rio Grande do Sul	7,35	3,92	-4,50	2,14
Centro-Oeste	12,19	13,58	-4,84	6,64
BRASIL	9,76	6,59	1,40	5,86

DISCRIMINAÇÃO	INDÚSTRIA			
	1970-75	1975-80	1980-85	1970-85
Norte	19,24	34,45	7,06	19,73
Nordeste	15,75	18,03	7,45	13,65
Sudeste	13,18	10,89	1,06	8,25
Minas Gerais	13,41	19,86	1,45	11,31
Espírito Santo	21,02	28,59	3,45	17,20
Rio de Janeiro	10,68	10,69	1,98	7,70
São Paulo	13,72	9,33	0,68	7,77
Sul	19,34	14,89	1,38	11,60
Paraná	21,01	17,54	3,28	13,67
Santa Catarina	19,43	17,14	-0,19	11,77
Rio Grande do Sul	18,47	12,29	0,89	10,31
Centro-Oeste	20,01	29,83	3,46	17,25
BRASIL	14,31	12,83	2,04	9,59

DISCRIMINAÇÃO	SERVIÇOS			
	1970-75	1975-80	1980-85	1970-85
Norte	8,10	13,35	6,58	9,31
Nordeste	8,42	9,60	3,50	7,14
Sudeste	9,70	6,73	0,69	5,64
Minas Gerais	11,09	6,67	3,83	7,16
Espírito Santo	5,41	13,87	4,19	7,74
Rio de Janeiro	8,76	5,55	-0,87	4,40
São Paulo	10,05	7,13	0,49	5,81
Sul	10,12	6,36	4,05	6,81
Paraná	12,49	4,93	3,49	6,90
Santa Catarina	8,82	10,26	5,69	8,24
Rio Grande do Sul	8,83	6,34	3,92	6,35
Centro-Oeste	11,79	14,85	18,00	14,85
BRASIL	9,68	7,66	3,38	6,87

FONTE: AFFONSO, Rui de Brito Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros (1995). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP/FUNDAP. p.324 (Federalismo no Brasil).

Tabela 4

Participação das regiões e dos estados no Produto industrial do Brasil — 1970-1985

(%)

DISCRIMINAÇÃO	1970	1975	1980	1985
Norte	1,07	1,32	3,16	4,02
Rondônia	0,04	0,05	0,24	0,31
Acre	0,01	0,01	0,07	0,08
Amazonas	0,35	0,67	1,45	1,80
Roraima	0,00	0,01	0,02	0,03
Pará	0,44	0,54	1,31	1,71
Amapá	0,22	0,04	0,08	0,09
Nordeste	7,01	7,46	9,34	12,09
Maranhão	0,23	0,20	0,45	0,78
Piauí	0,08	0,09	0,19	0,23
Ceará	0,78	0,77	1,10	1,16
Rio Grande do Norte	0,29	0,42	0,54	0,96
Paraíba	0,34	0,45	0,42	0,41
Pernambuco	2,08	2,22	2,05	2,01
Alagoas	0,37	0,37	0,37	0,50
Sergipe	0,36	0,35	0,27	0,82
Bahia	2,47	2,59	3,95	5,24
Sudeste	79,09	75,27	68,99	65,74
Minas Gerais	6,87	6,60	8,93	8,67
Espírito Santo	0,51	0,67	1,29	1,38
Rio de Janeiro	15,26	12,99	11,80	11,76
São Paulo	56,45	55,01	46,97	43,92
Sul	11,95	14,82	16,23	15,70
Paraná	2,99	3,98	4,88	5,18
Santa Catarina	2,67	3,32	4,00	3,58
Rio Grande do Sul	6,29	7,53	7,34	6,94
Centro-Oeste	0,89	1,13	2,28	2,44
Mato Grosso do Sul	-	0,21	0,42	0,44
Mato Grosso	0,32	0,21	0,30	0,46
Goiás	0,46	0,12	1,03	1,21
Distrito Federal	0,11	0,59	0,45	0,32
Tocantins	-	-	0,07	0,01
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros (1995). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/FUNDAP. p.327. (Federalismo no Brasil).

Tabela 5

Participação das regiões e dos estados no Produto Interno
do setor agropecuário do Brasil — 1970-1985

DISCRIMINAÇÃO	1970	1975	1980	1985
Norte	4,06	3,70	4,96	6,42
Rondônia	0,18	0,26	0,49	0,94
Acre	0,42	0,24	0,29	0,23
Amazonas	1,31	1,02	0,94	1,02
Roraima	0,09	0,09	0,08	0,09
Pará	1,99	2,01	3,06	4,03
Amapá	0,07	0,08	0,11	0,11
Nordeste	20,87	19,81	19,49	18,99
Maranhão	2,84	2,62	2,62	1,39
Piauí	0,93	0,94	0,84	1,01
Ceará	2,18	2,27	2,31	2,22
Rio Grande do Norte	0,80	1,02	0,78	1,01
Paraíba	1,52	1,64	1,13	1,09
Pernambuco	3,29	2,83	2,73	2,78
Alagoas	1,55	1,44	1,53	1,58
Sergipe	0,73	0,59	0,66	0,88
Bahia	7,02	6,46	6,90	7,05
Sudeste	34,23	32,08	34,68	39,10
Minas Gerais	11,86	12,30	16,35	16,89
Espírito Santo	1,95	1,76	2,11	2,63
Rio de Janeiro	2,43	2,24	1,98	1,97
São Paulo	18,00	15,79	14,25	17,61
Sul	33,42	36,14	29,51	27,22
Paraná	12,11	16,90	11,68	12,47
Santa Catarina	5,38	4,98	5,26	5,45
Rio Grande do Sul	15,93	14,26	12,56	9,31
Centro-Oeste	7,41	8,27	11,36	8,27
Mato Grosso do Sul	-	2,44	4,72	2,82
Mato Grosso	3,18	0,91	1,42	1,18
Goiás	4,20	4,86	4,45	3,96
Distrito Federal	0,04	0,05	0,08	0,11
Tocantins	-	-	0,69	0,20
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros (1995). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/FUNDAP. p.325. (Federalismo no Brasil).

Tabela 6

Participação dos estados da Região Sul no total do Valor da Transformação Industrial, por gêneros e grupos de gêneros, da indústria de transformação do Brasil — 1970-1985

(%)

DISCRIMINAÇÃO	PARANÁ			
	1970	1975	1980	1985
Grupo I	3,35	4,63	4,16	6,01
Mobiliário	5,79	7,30	9,17	8,63
Produtos farmacêuticos	0,37	0,53	0,39	0,42
Perfumaria	0,65	0,60	1,06	2,83
Têxtil	2,82	2,87	3,00	4,03
Vestuário	0,48	0,83	1,08	1,27
Produtos alimentares	5,47	9,16	7,05	10,55
Bebidas.....	4,01	3,61	3,63	5,37
Fumo	0,45	0,22	2,98	3,48
Editorial e gráfica	2,66	2,22	2,18	2,45
Grupo II	4,10	4,94	6,13	5,07
Metalúrgica	0,87	1,17	1,22	1,04
Minerais não-metálicos	3,80	5,22	5,82	6,12
Madeira	27,82	28,13	24,55	21,49
Papel e papelão	6,32	7,82	8,68	9,29
Borracha	1,24	1,55	1,65	1,32
Couros e peles	4,04	2,96	3,76	5,29
Química	2,40	3,51	7,26	6,04
Matérias plásticas	2,01	2,69	2,51	3,35
Grupo III	0,88	1,51	1,86	3,23
Mecânica	1,45	2,08	1,93	2,89
Material elétrico	0,31	0,87	2,45	3,95
Material de transporte	0,69	1,30	1,21	3,06
Diversas	1,21	1,25	2,00	2,74
TOTAL	3,07	3,96	4,34	4,88

(continua)

Tabela 6

Participação dos estados da Região Sul no total do Valor da Transformação Industrial, por gêneros e grupos de gêneros, da indústria de transformação do Brasil — 1970-1985

(%)

DISCRIMINAÇÃO	SANTA CATARINA			
	1970	1975	1980	1985
Grupo I	2,67	3,85	5,96	6,62
Mobiliário	3,66	5,74	8,53	9,03
Produtos farmacêuticos	0,41	0,33	0,46	0,60
Perfumaria	0,80	0,63	0,51	0,18
Têxtil	5,14	4,07	7,42	7,84
Vestuário	0,94	9,12	10,56	10,33
Produtos alimentares	2,89	4,21	5,16	6,40
Bebidas	1,26	1,83	2,04	1,64
Fumo	2,11	2,99	10,56	13,67
Editorial e gráfica	0,54	0,70	1,07	1,17
Grupo II	3,20	3,66	4,04	2,87
Metalúrgica	1,12	1,79	2,30	1,85
Minerais não-metálicos	2,23	4,04	5,67	5,42
Madeira	19,90	18,75	18,41	16,21
Papel e papelão	7,35	6,94	5,49	6,83
Borracha	0,31	0,42	0,64	0,41
Couros e peles	2,29	2,23	2,30	2,20
Química	0,55	0,50	1,22	0,55
Matérias plásticas	8,40	9,59	9,86	9,17
Grupo III	1,33	1,88	2,30	2,44
Mecânica	2,15	2,77	3,27	3,81
Material elétrico	0,60	1,27	1,44	2,02
Material de transporte	0,82	0,94	1,38	1,04
Diversas	2,43	1,95	2,93	2,28
TOTAL	2,56	3,27	4,13	3,93

(continua)

Tabela 6

Participação dos estados da Região Sul no total do Valor da Transformação Industrial, por gêneros e grupos de gêneros, da indústria de transformação do Brasil — 1970-1985

DISCRIMINAÇÃO	RIO GRANDE DO SUL			
	1970	1975	1980	1985
Grupo I	7,48	8,49	10,39	11,25
Mobiliário	7,68	10,04	14,53	14,93
Produtos farmacêuticos	0,92	1,70	2,05	1,89
Perfumaria	2,00	2,44	3,40	4,12
Têxtil	2,54	3,29	3,26	2,39
Vestuário	16,66	15,13	19,03	21,74
Produtos alimentares	10,00	10,37	11,03	11,19
Bebidas	13,44	12,46	19,59	17,59
Fumo	13,13	22,77	31,55	38,58
Editorial e gráfica	4,64	4,51	4,29	4,79
Grupo II	6,25	7,32	6,50	6,50
Metalúrgica	5,84	5,74	5,97	5,85
Minerais não-metálicos	3,81	4,45	4,19	3,82
Madeira	11,15	11,24	8,35	7,86
Papel e papelão	3,76	5,87	5,36	6,34
Borracha	3,55	4,19	7,23	10,45
Couros e peles	33,17	39,41	40,65	42,30
Química	7,12	9,63	6,84	6,05
Matérias plásticas	2,12	3,15	4,92	4,99
Grupo III	4,39	6,52	5,07	6,15
Mecânica	6,07	8,39	7,20	10,12
Material elétrico	3,80	4,33	3,40	3,45
Material de transporte	3,13	6,66	4,43	4,11
Diversas	5,00	4,13	3,55	5,04
TOTAL	6,33	7,51	7,27	7,89

(continua)

Tabela 6

Participação dos estados da Região Sul no total do Valor da Transformação Industrial, por gêneros e grupos de gêneros, da indústria de transformação do Brasil — 1970-1985

(%)

DISCRIMINAÇÃO	REGIÃO SUL			
	1970	1975	1980	1985
Grupo I	13,50	16,97	20,51	23,88
Mobiliário	17,13	22,81	32,23	32,60
Produtos farmacêuticos	1,70	2,56	2,90	2,91
Perfumaria	3,45	3,67	4,97	7,13
Têxtil	10,50	10,23	13,68	14,26
Vestuário	18,08	25,08	30,67	33,34
Produtos alimentares	18,36	23,74	23,24	28,13
Bebidas	18,71	17,90	25,26	24,60
Fumo	15,69	25,98	45,09	55,73
Editorial e gráfica	7,84	7,43	7,54	8,41
Grupo II	13,55	15,92	16,67	14,44
Metalúrgica	7,83	8,70	9,49	8,74
Minerais não-metálicos	9,84	13,71	15,68	15,36
Madeira	58,87	58,12	51,31	45,56
Papel e papelão	17,43	20,63	19,53	22,46
Borracha	5,10	6,16	9,52	12,17
Couros e peles	39,50	44,60	46,71	49,80
Química	10,07	13,64	15,32	12,63
Matérias plásticas	12,53	15,43	17,29	17,52
Grupo III	6,60	9,91	9,23	11,82
Mecânica	9,67	13,24	12,40	16,82
Material elétrico	4,71	6,47	7,29	9,43
Material de transporte	4,64	8,90	7,02	8,21
Diversas	8,64	7,33	8,48	10,06
TOTAL	11,96	14,74	15,74	16,70

FONTE: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros (1995). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP. p.329. (Federalismo no Brasil).

Tabela 7

Participação do PIB de estados selecionados no PIB do Brasil com imputação financeira — 1989-1994

ANOS	RS		MG		PR		SP		BR
	Kasznar	IPEA	Kasznar	IPEA	Kasznar	IPEA	Kasznar	IPEA	
1985	7,4	7,9	9,8	9,8	6,1	6,1	35,7	35,4	100
1990	7,0	6,9	12,4	8,9	6,3	5,4	...	36,4	100
1991	...	6,5	...	9,0	...	5,1	...	36,7	100
1992	...	7,0	...	9,2	...	6,0	...	36,8	100
1993	...	7,1	...	9,3	...	6,2	...	34,8	100
1994	6,5	7,2	12,5	9,5	6,1	6,8	35,6	34,0	100

FONTE: KASZNAR, I. K. (1995). *Análise da evolução do PIB por estados (1970-90)*. Rio de Janeiro: FGV/Programa de Estudos dos Estados da EAP.

IPEA - Texto para discussão 424 - Produto Interno Bruto por unidade da Federação - maio de 1996.

Tabela 8

Taxas de crescimento médio anual do PIB de vários estados e do Brasil de acordo com as estimativas do IPEA e dos respectivos estados — 1985-90 e 1990-94

ESTADOS E BRASIL	IPEA (1)		INSTITUIÇÕES ESTADUAIS (2)	
	1985-90	1990-94	1985-90	1990-94
São Paulo	2,48	1,39	1,15	1,97
Minas Gerais	0,53	4,64	1,85	3,13
Paraná	-0,68	9,16	2,03	4,39
Bahia	0,00	3,60	1,14	1,23
Santa Catarina	1,04	4,42	2,50	2,96
Rio de Janeiro	3,39	2,10	0,97	-0,36
Rio Grande do Sul	-0,69	4,39	1,79	4,03
Brasil	2,12	3,10	1,91	2,33

FONTE: IPEA.

IBGE.

SEADE.

IPARDES-PR.

CEI-SC.

CIDE-RJ.

FEE-RS.

FJP-MG.

SEI-BA.

(1) Valores reais obtidos pela aplicação do deflator implícito do Brasil às estimativas do IPEA.

(2) Valores obtidos pelo Índice do Produto Real calculado pelas instituições estaduais e pelo IBGE para o Brasil.

Tabela 9

Taxa média de crescimento da produção física da indústria
de transformação de estados selecionados
e do Brasil — 1985-94

ESTADOS E BRASIL	TAXA MÉDIA
Pernambuco	-1,9
Bahia	0,8
Minas Gerais	1,8
Rio de Janeiro	0,3
São Paulo	0,6
Paraná	3,3
Santa Catarina	2,1
Rio Grande do Sul	2,2
Brasil	1,1

(% a.a.)

FONTE: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal.

Bibliografia

- AFFONSO, Rui de Britto Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros, orgs. (1995). **A federação em perspectiva**. São Paulo : FUNDAP/ UNESP. (Federalismo no Brasil).
- AFFONSO, Rui de Britto Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros, orgs. (1995a). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo : FUNDAP/ UNESP. (Federalismo no Brasil).
- AZEVEDO, André de, MONTEIRO, Sergio, PORTUGAL, Marcelos (1995). Estagnação econômica, descontrole dos gastos públicos e deficiência de infra - estrutura; o caso do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.3.
- BANDEIRA, Pedro S. (1995). A economia da Região Sul. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros, orgs. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo : UNESP FUNDAP. (Federalismo no Brasil).
- CASTRO, Antônio Barros de (1971). **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense.

- DINIZ, Clélio C., LEMOS, Maurício B. de (1990). Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: PARA a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília : IPEA/IPLAN. v.3.
- DINIZ, Clélio C., SANTOS, Fabiana B. T. de (1993). **Região Sudeste: desempenho econômico, heterogeneidade estrutural e perspectivas.** São Paulo : FUNDAP/IESP.
- DINIZ, Clélio Campolina, LEMOS, Maurício B. de (1986). Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.8, n.2, p.32-42.
- KASZNAR, I. K. (1995). **Análise da evolução do PIB por Estados (1970-90).** Rio de Janeiro : FGV/ Programa de Estudos dos Estados do EAP.
- MARTINE, George, DINIZ, Clélio C. (1991). Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista De Economia Política**, São Paulo, v.11, n.3, jul/set.
- PASSOS, M. Cristina, LIMA, Rubens S. de (1992). Entre perdas e ganhos: apontamentos sobre a indústria gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.13, n.2.
- QUEM é quem na economia brasileira - 1976 (1976). **Visão**, São Paulo, v.49, n.5, p.151-727, 31 ago.
- QUEM é quem na economia brasileira - 1991 (1991). **Visão**, São Paulo, v.44A, p.29-207.
- SILVA, Antonio Braz de Oliveira e (1996). **Produto interno bruto por unidade da federação.** Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão n.424).